



AÇÕES DE SOLIDARIEDADE FEMINISTA: RELATO DE UMA PRÁTICA INTERNACIONALISTA DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Maria Adriana Vieira das Graças

Militante da Marcha Mundial das Mulheres e compõe a equipe do Centro Feminista 8 de Março. É graduada em Letras-Espanhol pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: adrianavieirav@gmail.com

Andréa Cristina Soares Costa

Cursando doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

E-mail: profandreacristina@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma breve discussão acerca da força, articulação e capacidade organizativa das ações internacionais do movimento feminista Marcha Mundial das Mulheres. Para tal, focalizamos a ação “24 horas de solidariedade internacional feminista Somos Todas Apodi”, realizada na Chapada do Apodi, Rio Grande do Norte, Brasil, em 10 de dezembro de 2012.

Palavras-chave: Solidariedade internacional feminista; Ações internacionais; Somos Todas Apodi.

ACTIONS OF FEMINIST SOLIDARITY: REPORT OF A INTERNATIONALIST PRACTICE OF THE MUNDIAL WOMEN'S MARCH

ABSTRACT

The goal of this article is to make a short discussion about the strength, articulation and organizational capacity of international actions of the feminist movement World Women's March. Focusing on the action "24 hours of international feminist solidarity Somos Todas Apodi", realized on the Chapada do Apodi, Rio Grande do Norte, Brazil, december 10, 2012.

Keywords: International feminist solidarity; International actions; Somos Todas Apodi.



Introdução

O neoliberalismo, representado por empresas transnacionais, avança sobre a vida, os territórios, o trabalho e os dados das mulheres e dos povos em todo o mundo. Nessa ofensiva neoliberal, a natureza e a vida humana são transformadas em mercadorias em benefício das transnacionais. O avanço do neoliberalismo nos diferentes países é viabilizado por tratados comerciais baseados única e exclusivamente em altas margens de lucro para as transnacionais. Desse modo, podem atuar livremente no controle depredatório dos territórios, utilizando-se do trabalho precarizado de mulheres. Quando há resistência de trabalhadoras e trabalhadores nos territórios, essas transnacionais se utilizam de mecanismos de repressão e de violência para manter-se nos países.

Nesses contextos, as mulheres são profundamente atingidas, seja pela exploração do trabalho ou pela destruição de suas alternativas agroecológicas e solidárias de sobrevivência, quer no campo ou na cidade. No entanto, enquanto o capitalismo explora, depreda e tenta controlar a todo custo os territórios dos povos, o corpo e a vida das mulheres, as mulheres organizadas internacionalmente constroem força, articulação e solidariedade feminista.

No Brasil, desde os anos 2000, a Chapada do Apodi, região localizada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, tem sido alvo de empresas transnacionais do agro e hidronegócio. Em 2011, a porção norte-rio-grandense (que desde os anos 1990 protagoniza processos de luta e conquista pela reforma agrária, com exitosas experiências agroecológicas e de convivência com o semiárido), transformou-se em uma área de conflitos por terra, água e território. O Projeto Irrigado Santa Cruz do Apodi (PISCA), de interesse de um consórcio de empresas transnacionais e coordenado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), é o agente causador desses conflitos. O conflito foi respaldado pela assinatura do Decreto de 10



de junho de 2011, que, para a implantação do PISCA, autorizou a desapropriação de 13.855,13 hectares de terras pertencentes a pequenas propriedades em assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais do município de Apodi, causando a expulsão de centenas de agricultoras e agricultores familiares.

Diante da ameaça à vida, à produção agroecológica e à biodiversidade, o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), instituições de assistência técnica (ATER), grupos de pesquisas de universidades do Ceará e do Rio Grande do Norte e diversos movimentos e organizações, mobilizaram várias ações de denúncia e resistência ao PISCA. Entre essas ações, destacamos a ação de 24 horas de solidariedade internacional feminista “Somos Todas Apodi”, que atuou frente às transnacionais do agro e hidronegócio em Apodi. A referida ação foi realizada no Brasil em 10 de dezembro de 2012 pela Marcha Mundial das Mulheres.

Nesse sentido, nosso objetivo para este artigo é o de fazer uma breve discussão acerca da força, articulação e capacidade organizativa e solidária do movimento Marcha Mundial das Mulheres, focalizando a construção de práticas de letramento para o desenvolvimento dessa ação de solidariedade.

2. Marcha Mundial das Mulheres: um movimento anticapitalista, internacionalista e feminista

A Marcha Mundial das Mulheres (doravante MMM) é um movimento feminista internacional que atua em cerca de 60 países. Dentre as suas principais atuações estão as ações internacionais. Essas ações internacionais são organizadas a cada cinco anos e representam as sínteses políticas da plataforma do movimento, de modo a colaborar na construção permanente da relação entre o local, o nacional e o internacional. Dessas ações internacionais, destacamos a que se denomina 24 Horas de Solidariedade



Feminista, organizada anualmente como forma de construir solidariedade internacional feminista entre as militantes do movimento.

No ano 2000, uma grande mobilização de mulheres de todos os continentes organizou uma campanha internacional contra a pobreza e a violência sexista. Sob o mote “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, a campanha teve início no dia 8 de março – Dia Internacional de Luta das Mulheres – e terminou no dia 17 de outubro, Dia Internacional de Combate à Pobreza.

O que inspirou a construção dessa campanha mundial foi a manifestação internacional “Pão e Rosas”, realizada em 1995, na província de Québec, Canadá. Essa manifestação foi convocada pela Federação de Mulheres de Québec, mobilizando mulheres de diferentes países para questionarem, na época, o recém criado Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). As mulheres tinham a compreensão de que a globalização e o neoliberalismo eram correspondentes e serviam apenas aos interesses e à expansão do capitalismo neoliberal. O chamamento para uma ação contra o NAFTA se deu pelas mulheres entenderem que, assim como o neoliberalismo se organizava e se expandia, também era necessário organizar uma resistência internacional. A manifestação contou com 850 mulheres que marcharam cerca de 200 quilômetros, reivindicando questões salariais e direitos das mulheres imigrantes, resultando em aumento do salário mínimo, apoio à economia solidária e garantia de direitos para as mulheres imigrantes.

Fruto do grande êxito dessa manifestação, a Federação de Mulheres de Québec convidou lideranças feministas de diversos países para construírem uma campanha internacional contra a pobreza e a violência sexista. A mobilização resultou no comparecimento de mulheres de 40 países ao I Encontro da Marcha Mundial das Mulheres, que foi realizado em Montreal, Canadá, em 1998, e na participação de cerca de 65 países de todos os continentes na ação Marcha Mundial das Mulheres, no ano 2000.



Desse modo, partindo da compreensão de que o efeito do capitalismo patriarcal globalizado afeta a vida das pessoas em diferentes países e de maneira assemelhada, a MMM, desde a sua origem, constrói leituras sobre as dinâmicas internacionais do avanço do neoliberalismo. A partir do ano 2000, a MMM tornou-se um movimento internacional, um movimento irreversível, seguindo uma marcha permanente pelo fim da violência sexista, pela autonomia econômica das mulheres, pelo bem viver, pela natureza e os seus bens comuns, pela paz, pela desmilitarização da vida e dos territórios, pela liberdade e autonomia dos povos, pela solidariedade.

2.1 As ações de solidariedade internacional feminista

Enquanto movimento internacional e que tem como princípio a solidariedade, anualmente, a MMM organiza e mobiliza ações internacionais denominadas 24 Horas de Solidariedade Feminista. De acordo com o caderno *Feminismo em Movimento* (2019, p. 21), o que motiva a [...] “solidariedade internacional é a compreensão de que todas compartilhamos uma história e uma situação de opressão, ainda que esta se manifeste de diferentes formas em cada país, território ou região”. Isso significa compreender que a exploração de minérios que ocorre no Congo, por exemplo, não se diferencia da lógica de exploração da água e das terras, pelo agro e hidronegócio, em Apodi, no Rio Grande do Norte, Brasil. É partindo dessa compreensão, que as ações de solidariedade internacional são mobilizadas em torno da luta contra empresas transnacionais que exploram o corpo, a vida e o trabalho das mulheres em todo o mundo.

Desde 2013, a MMM transformou o dia 24 de abril, data do desabamento do edifício Rana Plaza, em Bangladesh, como o dia internacional de solidariedade feminista. Nesse edifício funcionava uma indústria têxtil que produzia roupas para marcas de grife às custas do trabalho precário de milhares de mulheres. Assim, todos os anos, no dia 24 de abril, das 12h às 13h, em uma ação que segue o caminho do sol,



do Oceano Pacífico ao Atlântico, milhões de mulheres de todos os continentes se mobilizam nas ruas, redes sociais e no campo, resultando em 24 horas ininterruptas de solidariedade pelo mundo.

Desde 2014, a MMM se juntou à Campanha Roupas Limpas, campanha internacional que cumpre o papel de pressionar empresas transnacionais do setor têxtil a pagarem salários dignos a suas(seus) funcionárias(os), a cumprirem as legislações nacionais e a garantia do fundo de apoio às vítimas de acidentes de trabalho. Com isso, em 2015, a MMM organizou mobilizações na rede de lojas Wal Mart, que no Brasil, a partir das hashtags #QuemFezSuaRoupa e #VidasPrecárias, denunciou a precariedade causada pelas terceirizações e a reforma trabalhista. Em 2018, continuando na perspectiva de enfrentar e denunciar as condições de trabalho de empresas de confecções, as militantes da MMM ocuparam facções da rede de lojas brasileira Riachuelo, que em 2016 foi condenada pelo Ministério Público e do Trabalho por trabalho análogo à escravidão.

No entanto, a partir deste ponto, destacamos a ação “Somos Todas Apodi”, realizada em dezembro de 2012, em todas as regiões do país, em solidariedade às mulheres da Chapada do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte. Essa ação mobilizou mulheres em diversos estados brasileiros, sendo que 2 (duas) mil estiveram no próprio território da Chapada do Apodi, juntamente com as trabalhadoras rurais que vivenciavam a ameaça das transnacionais. Na ação foi organizada uma marcha nas margens da BR 405, na qual se encontrava o canteiro de obras do PISCA. Vejamos na Figura 1, essa marcha em Apodi.



Figura 1 – Marcha nas margens da BR 405



Fonte: Blog do Centro Feminista 8 de Março, 2012 <<<http://centrofeminista.com/>>>

A marcha (Figura 1) iniciou na entrada da cidade de Apodi, em frente à escola Antônio Dantas, e seguiu em direção ao canteiro de obras, nas margens da BR 405. Organizada em alas e por cores –justiça a cor verde, igualdade representada na laranja, lilás representando a liberdade e paz e solidariedade na cor vermelha –, a marcha finalizou com a troca de uma placa de obras do Governo Federal/DNOCS pela placa da campanha “Não ao #ProjetoDaMorte do DNOCS na Chapada do Apodi”. Vejamos na Figura 2.

Figura 2 – Placa de obras do Governo Federal/DNOCS



Fonte: Acervo do Centro Feminista 8 de Março, 2012.

A placa (Figura 2) instalada meses antes pelo DNOCS, confere uma propaganda de investimento Governo Federal, o que demonstra apoio ao agro e hidronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa na Chapada do Apodi.

No entanto, compreendendo a importância das ações de denúncia e reivindicação para pressionar os governos, e trazê-los para próximo das necessidades reais das mulheres e do povo da Chapada, as duas mil mulheres protagonizaram a troca da placa da Figura 2 pela placa da Figura 3 a seguir. Vejamos.

Figura 3 – Placa da campanha Não ao #ProjetoDaMorte



Fonte: Acervo do STTR Apodi, 2012

A razão direta de troca de placas (Figura 3) como resposta dada ao DNOCS pelas duas mil militantes da Marcha Mundial das Mulheres é forte demonstração que a solidariedade pode ser uma poderosa estratégia de enfrentamento às empresas transnacionais. Demonstra ainda a capacidade organizativa do movimento, que a partir de uma ação internacional retoma simbolicamente a reapropriação das terras da Chapada, o controle do território camponês.

Ao observarmos as figuras 2 e 3 percebemos uma relação multissemiótica entre as placas. Ao olharmos para as figuras e nos determos nas imagens é possível compará-



las e assim perceber a inversão de valores, as divergências e incompatibilidades entre os interesses de uma transnacional e as necessidades reais das mulheres, do povo do campo, da agricultura familiar. Na placa da Figura 3 é uma mulher agricultora, é a produção, o território, a cesta de hortaliças que ganham atenção. Enquanto isso, na placa da Figura 2, são apenas palavras em caixa alta “IMPLANTAÇÃO DA 1ª ETAPA DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO SANTA CRUZ”, sem a presença de pessoas, de qualquer resquício de terra ou vegetação que ganham destaque. A placa é um encadeamento de palavras que, em meio a um grande vazio, pode ser compreendido como a verdadeira ausência de pessoas ou ação de extermínio de populações inteiras quando se viabiliza projeto de interesses neoliberais.

Outro elemento que destacamos na placa da Figura 3 é a utilização da *hashtag*, #ProjetoDaMorte, o que contribui para a indexação de conteúdo na Internet. A utilização desse recurso aliado à capacidade organizativa da MMM expandiu o diálogo para além das duas mil mulheres presentes em Apodi. É possível verificar essa expansão nos excertos de textos sobre essa ação de solidariedade em pelo menos outros nove estados brasileiros, noticiado no site da Sempre Viva Organização Feminista. Vejamos.

Quixadá (CE) – cerca de 350 mulheres de Quixadá, Quixeramobim, Fortaleza em conjunto com o MST e CUT realizaram um ato estadual nas 24 horas de ação feminista.

Paulo (SP) – militantes da Marcha ficaram na Praça Ramos das 11h30 as 13h. O ato foi regado à criatividade e irreverência. De pratos vazios nas mãos as mulheres denunciavam a pobreza gerada pela concentração de terra do agro e hidronegócio. Foram distribuídos sachês de mel simbolizando a agricultura familiar, a alimentação saudável.

Araras (SP) – as mulheres se reuniram para prestar sua solidariedade às mulheres de Apodi, debatendo e entendendo melhor a ação do agronegócio na vida das mulheres.

Curitiba (PR) – o ato contou com militantes sindicais e feministas da Marcha Mundial das Mulheres e da CUT. A denúncia do projeto do agronegócio que prevê a desapropriação de 13 mil hectares em Apodi-RN, com expulsão de mais de 150 famílias produtoras de alimentos livres de agrotóxicos foi o eixo central da atividade.



São João Del Rei (MG) – das 12h às 13h foi realizada uma oficina de estêncil e panfletagem com as Mulheres do Coletivo Carcará da MMM e Levante Popular da Juventude. Somos todas APODI!

Rio de Janeiro (RJ) – o Largo da Carioca ficou mais lilás, junto com as companheiras da MMM e o MST - que realizam a Feira Estadual da Reforma Agrária. Elas manifestaram o repúdio ao agronegócio e a nossa solidariedade feminista às companheiras de Apodi.

Araguaina (TO) – as meninas do Coletivo Olga Benário fizeram um grafite na Universidade Federal do Tocantins e panfletagem dizendo SOMOS TODAS APODI!

Recife (PE) – as mulheres da MMM foram pelas ruas, panfletando e manifestando porque somos contra o agronegócio.

Brasília (DF) - além da panfletagem, a MMM colocou uma faixa em frente ao palácio do planalto, dizendo: "Presidenta Dilma! Contra o perímetro irrigado e contra o agronegócio, por soberania alimentar e autonomia para as mulheres: Aqui, Somos todas Apodi!

Porto Alegre (RS) – com o grito “Privatizar é a gota d’água”, as gurias estiveram no centro da cidade denunciando o agronegócio desde Apodi e as ações nefastas do capital sobre a vida das mulheres, sobre a natureza em ataques constantes a nossa soberania a autodeterminação dos povos.

Santa Cruz do Sul (RS) – as ativistas da Marcha Mundial das Mulheres e do Fórum em Defesa da água pública, ocuparam o espaço na Rádio Comunitária das 12h às 13h /.../ O programa foi dedicado às questões feministas dando destaque especial a Apodi - “Somos solidárias às mulheres de Apodi, que resistem ao agro e hidronegócio” e “Estamos em marcha até que todas sejamos livres! Livres do agronegócio! Livres do hidronegócio! Aqui, Somos todas Apodi!”

Esses excertos apontam uma atitude responsiva diante do chamado da MMM para a ação “Somos Todas Apodi”. Demonstra ainda grande capacidade organizativa e de mobilização em torno do princípio da solidariedade diante de uma situação imposta pelas empresas do agro e hidronegócio em Apodi.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 271)

[...] o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.; essa posição responsiva do ouvinte se



forma ao longo de todo processo de audição e compreensão desde o seu início, às vezes literalmente a partir da primeira palavra do falante.

Embora nessa assertiva, Bakhtin mencione a atitude responsiva no âmbito da oralidade, também é possível identificá-la no texto escrito. Logo, a responsividade não é uma atitude unicamente da oralidade. Cabe ainda destacar que, ao referir-se à atitude responsiva, o autor destaca que o sujeito age ao escolher um posicionamento, que pode ser de concordância ou de discordância do discurso apresentado. Tal compreensão desfaz a ideia da neutralidade linguística.

No caso em destaque, os excertos das notícias da Ação de Solidariedade “Somos Todas Apodi”, as mulheres interlocutoras escolhem contrapor-se ao discurso das empresas do agro e hidronegócio, cujo mote tenta nos convencer de que o campo precisa sofrer a interferência dessas empresas para poder desenvolver-se. Logo, a atitude das mulheres mostra-se consciente de que, para elas, a compreensão de desenvolvimento que as empresas têm é bem distinta da que elas adotam.

Bakhtin (2009) nos revela que é impossível desvincularmos os enunciados, ou seja, as manifestações discursivas, do contexto em que estão inseridos e também da interação social entre os interlocutores. Por essa razão, os enunciados nos desvelam aspectos, elementos e posicionamentos das visões de mundo de quem as enuncia. Logo, todo enunciado é uma forma de resposta, quer seja a favor ou contra, às formas apresentadas anteriormente.

Nessa conjuntura, corroborando Miotello (2012), as palavras (escritas e oralizadas) são, ao mesmo tempo, agentes e memórias sociais, entrelaçadas por uma multidão de fios ideológicos, muitas vezes paradoxais entre si. Considerando que se apresentam assim em todos os campos da vida social e das relações humanas – constituindo e sendo por eles constituídas – as palavras e o enunciado, configuram-se como terreno dos conflitos sociais.



3. Considerações finais

O princípio da solidariedade e do internacionalismo é constante em todas ações da Marcha Mundial das Mulheres. As ações de 24 Horas de Solidariedade Feminista, que anualmente demonstra na prática como mulheres do mundo inteiro, estejam em um assentamento em Apodi, em uma comunidade rural no Congo, em um bairro popular na Índia, podem estar conectadas pela luta, pela solidariedade. É a compreensão de que construir uma nova sociedade passa por enfrentar o capitalismo patriarcal, as transnacionais, que em diferentes lugares da terra explora o trabalho e o corpo das mulheres, destrói vidas e economias locais.

Construir um movimento internacional passa por construir ações que vinculem o cotidiano local aos processos globais. As ações de 24 Horas de Solidariedade Feminista extrapolam os limites geográficos dos territórios onde as lutas são enfrentadas, de modo que mostram o poder de articulação e mobilização e da Marcha Mundial das Mulheres. Concluímos assim que o feminismo é uma resposta coletiva que organiza ações locais articuladas com leituras e dinâmicas internacionais.

Recebido em 31 de março de 2020

Aprovado em 16 de maio de 2020.



Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006;

BRASIL. Decreto de 10 de junho de 2011. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a área de terra que menciona, localizada nos Municípios de Assu e Upanema, no Estado do Rio Grande do Norte. Brasília-DF: **Diário Oficial da União**. Ano CXLVIII N. 112, p. 1-2. 2011. Acesso em: 29 mai, 2018.

FEMINISMO EM MOVIMENTO. **Caderno de apresentação da Marcha Mundial das Mulheres**. SOF. São Paulo. 2019.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 167-190.